

RESOLUÇÃO Nº 996/2023

NOVAS REGRAS PARA CICLOMOTORES SERÁ PAUTA DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA EM TANGARÁ DA SERRA

OS MODELOS de até 4.000 watts deverão ter placa de licenciamento e condutores precisarão ser habilitados

ROSI OLIVEIRA /
REDAÇÃO DS

Encerra no dia 31 de dezembro o período de transição definido pela Resolução nº 996/2023 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que estabelece novas regras para ciclomotores e veículos elétricos de baixa potência no Brasil.

A partir de 1º de janeiro de 2026, entra em vigor a norma que determina que todos os modelos de até 4.000 watts deverão ter placa de licenciamento e que seus condutores precisarão ser habilitados, sob pena de apreensão do veículo.

Em Tangará da Serra, segundo informações do Comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar, Tenente-coronel PM Eduardo Henrique Lana, o número de acidentes envolvendo esses meios de transporte ainda é pequeno, se considerado às motocicletas,



NORMATIVA ENTRA EM VIGOR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO

mas o comandante destaca que, com a frota cada dia mais crescente, em um futuro próximo esse quadro deve mudar. “Digo isso pelo fato de que a maioria dos condutores não possuem qualquer

informação sobre normas de trânsito e principalmente, por não utilizarem qualquer equipamento de segurança”, frisa o comandante.

Com a norma prestes a entrar em vigor, o assunto

FOTO: DIVULGAÇÃO

será pauta na reunião do Gabinete de Gestão Pública (GGI) de Tangará da Serra. A normativa determina que, ciclomotores e motos elétricas com motores até 4.000 watts, ou os modelos a combustão de até 50 cm³, que atingem velocidade máxima de 50 km/h, passam a ter exigência de: Placa e licenciamento junto ao Detran e Carteira de Habilitação categoria A ou autorização específica para ciclomotores (ACC) e uso obrigatório de capacete, conforme os artigos 54 e 55 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

“Vale destacar a preocupação que não é só nacional ou estadual, mas é local também. Dessa forma, vamos debater e diante dessa preocupação, inclusive, com acidentes registrados em Tangará também, vamos dar seguimento para a aplicação das regras nacionais de segurança”, assegura o prefeito Vander Masson, presidente do GGI Municipal,

ao salientar que, embora o trânsito seja de competência do Governo Federal, não descarta a criação de normativas de apoio. “Se for preciso criar alguma coisa que possamos contribuir para que todos possam transitar em segurança, assim o faremos”.

Já as bicicletas elétricas com pedal assistido e motor de até mil watts continuam dispensadas de registro, mas devem obedecer aos equipamentos obrigatórios, como campainha, sinalização noturna e faróis dianteiro e traseiro.

Nesses casos, a regulação é de competência municipal, e Masson informa que também será levado a discussão. “Vamos debater no GGI, que é composto pelas forças de segurança, e regulamentar. Buscaremos observar as cidades que já regulamentaram, como Camboriú, e vamos regulamentar para que possamos salvar vidas”, pontua.

FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO

Forças de segurança intensificam ações contra adulteração de bebidas alcoólicas em Mato Grosso

POPULAÇÃO PODE ACIONAR o 181, canal sigiloso que garante anonimato, 190 (Polícia Militar) e 197 (Polícia Civil)

FABIANA MENDES /
SESP-MT

As forças de segurança participaram, neste mês de outubro, de pelo menos oito ações de fiscalização e repressão à adulteração de bebidas alcoólicas em Mato Grosso. As operações ocorreram nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nova Mutum, Barra do Garças, Água Boa, Nova Xavantina e Querência.

Participaram das ações a Polícia Militar, Polícia Civil e a Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), em conjunto com vigilâncias sanitárias, órgãos fiscalizadores e de saúde.

“

**O TRABALHO
CONJUNTO
AUMENTA
A EFICIÊNCIA
E
CELERIDADE
DAS AÇÕES**

O secretário adjunto de Integração Operacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT),



FOTO: SESP - MT

coronel Fernando Augustinho, destacou a orientação do Governo do Estado em reforçar a atuação preventiva e integrada das forças de segurança.

“Essa atuação visa localizar, investigar e fechar fábricas clandestinas, além de intensificar o monitoramento em pontos de venda por meio de operações conjuntas, com cada instituição atuando dentro da sua expertise. O trabalho conjunto aumenta a eficiência e celeridade das ações. A Politec, por exemplo, realiza a análise de rótulos, tampas e do próprio produto adulterado, gerando provas para as investigações”, explicou o coronel.